

-----**ATA N.º 6/2012**-----

-----Aos 21 dias do mês de março de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Ferreira da Silva Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior e coadjuvada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor Vereador João Manuel Duarte solicitou a justificação da falta dada à reunião de Câmara do dia 07/03/2012, alegando motivos de ordem profissional, que a Câmara deliberou aceitar, considerando a mesma justificada.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 07/03/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 5, da reunião ordinária do Executivo de 07/03/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção, do Senhor**

Vereador João Duarte, por não ter estado presente na referida reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** solicitou que futuramente as convocatórias da reunião de executivo lhe sejam entregue por protocolo, uma vez que não tem disponibilidade para se deslocar aos correios para levantar as mesmas, tendo o Senhor Presidente da Câmara referido que não havia qualquer inconveniente, desde que fossem cumpridos os formalismos legais. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por questionar para quando o pagamento das senhas de presença dos eleitos locais relativamente a 2011. De seguida, disse ter tido conhecimento através da comunicação social de que a concelhia do PSD de Celorico da Beira, havia acusado o Senhor Presidente da Câmara, de mandar retirar as faixas colocadas pela JSD, pretendendo saber se esta situação corresponde à verdade. Colocou ainda uma outra questão, relativamente ao reequilíbrio financeiro, referindo que o Senhor Vereador António Silva havia dito que a apresentação do reequilíbrio estava pendente da execução do balancete provisório, pretendendo saber, se o mesmo vai ser apresentado antes, ou depois do balancete definitivo. -----

-----No que concerne às senhas de presença, o Senhor **Vereador António Silva** disse que essa questão irá ser explicada pela Secção de Contabilidade.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o Senhor Vereador António Silva remete para os técnicos a resposta a questões que são da sua responsabilidade. Referiu que esta situação demonstra uma vez mais a falta de respeito para com os eleitos locais, como tal, reserva-se no direito de encetar as diligências necessárias para que esta situação seja resolvida.-----

-----Relativamente ao pagamento das senhas de presença, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que atendendo à situação financeira da autarquia ainda não foi possível proceder à sua regularização, no entanto, a Secção de Contabilidade irá estudar a disponibilidade financeira para resolver esta situação.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que o balancete foi elaborado na autarquia e enviado para os auditores. Posteriormente, a versão final do reequilíbrio financeiro será sujeito aprovação de Câmara e Assembleia Municipal, em reuniões extraordinárias marcadas para esse efeito, para depois ser enviado para as instâncias competentes.-----

-----Deu conhecimento de que o governo tem anunciado um plano de ajuda financeira às autarquias, que poderá ser benéfico, mas o mesmo ainda está em fase de estudo, no entanto, independentemente desta situação, irão avançar com o plano de reequilíbrio financeiro.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que decorreu uma reunião na CIM, onde estiveram presentes o Senhor Ministro Miguel Relvas, o Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, Paulo Júlio e Presidentes de Câmara, onde se debateu a hipótese de o Governo promover um plano de ajuda financeira aos municípios endividados. Este plano pode ser dividido num plano de intervenção ou na transformação da dívida a 90 dias, num compromisso de médio e longo prazo, que implicaria a concessão de um crédito para o

pagamento na totalidade dos valores em falta a curto prazo. O pagamento desse crédito seria feito num prazo temporal mais alargado. No entanto, a forma como o apoio vai funcionar ainda não está definida.-----

-----Foi também abordado nesta reunião o facto de o tarifário de consumo de água praticado pelas AdZC e imposto às autarquias, ser excessivo, sendo urgente encontrar-se uma solução para esta situação.-----

-----Falou também na Lei que regula a assunção de compromissos e o pagamento de dívidas em atraso das entidades públicas. De acordo com a lei, as entidades públicas passarão a ficar limitadas na sua capacidade de assumir compromissos financeiros aos fundos disponíveis, podendo proceder a essa assunção de acordo com uma previsão de receita para os três meses seguintes, mas não em todos os casos. -----

-----Relativamente às faixas disse que é a favor da liberdade de expressão e como tal cada um exprime-se da forma como entende. Esclareceu que não deu qualquer autorização para a retirada das faixas, tendo sido aberto um processo de averiguações, sendo que, quando o mesmo estiver concluído será dado conhecimento do mesmo em reunião de câmara.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que as pessoas são livres de se manifestarem, no entanto, politicamente existem pessoas a tentar criar factos políticos, sem que haja intervenção do executivo. Fica desiludido pelo facto de se criar todo este folhetim em torno das faixas, com direito a conferência de imprensa dada pelo PSD, na qual apelidaram o executivo de cobardes e prepotentes. Disse que este executivo nem é cobarde, nem prepotente, considerando que existe má-fé por parte de quem fez estas acusações. Deu conhecimento de que o PSD deu à Câmara 72 horas para repor as faixas, o que na sua opinião é um equívoco, de certeza, porque a autarquia não recebeu qualquer notificação do Tribunal para esse fim. Certamente que não é o PSD que dá ordens a um Executivo eleito. Deu conhecimento de que findo o processo de

averiguações, o PSD foi contactado para que procedesse à recolha das faixas, ao que o mesmo disse que teria de falar com quem de direito, sendo que, essa situação não foi referida na conferência de imprensa. -----

-----Disse que houve acusações que terão de ser tratadas nos locais próprios. Além de lamentar esta situação, que pôs o Concelho nos órgãos de comunicação social, apresentou um voto de repúdio pela política baixa que se tem vindo a verificar no concelho. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** requereu as conclusões do processo de averiguações, que segundo o Senhor Vereador José Luís Cabral havia sido concluído. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que no processo de averiguações foram ouvidas as pessoas envolvidas e posteriormente a JSD foi contactada para proceder à recolha das faixas, sendo que, essa situação não foi referenciada na conferência de imprensa dada pelo PSD. Disse ainda, que o processo de averiguações ainda não está concluído. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que havia terminado o processo de averiguações, do qual faz parte a fase de inquirição, faltando somente as conclusões. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** relativamente à faixa que se refere à água imprópria para consumo, lamenta que da mesma não conste a data de concessão do contrato com as AdZC, até porque, o mesmo foi assinado por quem colocou esta faixa. Apelou a que o PS e este executivo respondessem a esta situação, a qual apelidou de política de baixo nível. Na sua opinião a questão da água deveria ser esclarecida, até porque, as pessoas deveriam saber qual a herança em termos de água e saneamento que este executivo recebeu. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que a sua questão nada tem a ver com o conteúdo das faixas, mas sim com a retirada das mesmas, uma vez que configura uma ilegalidade, sendo que, o que obteve foram somente respostas políticas.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse não concordar com o que foi referido pelo Senhor Vereador Victor Santos, sendo que, quando se refere a um assunto, não pode esperar que a resposta seja apenas com base nessa questão, até porque, cada um tem legitimidade para analisar e indagar acerca da mesma. Disse que o Senhor Vereador está neste órgão enquanto representante do PSD, questionando quem é essa estrutura para apelidar este executivo de cobardes e prepotentes. Por fim, disse que o executivo também tem de se defender, sendo este um dos locais onde o poderá fazer. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** lamentou toda esta situação, acrescentando que a prepotência não faz parte do seu vocabulário, nem dos seus Vereadores. Disse que o executivo merece consideração, condenando a forma como se fez política neste concelho, com total ausência de coerência e respeito pelas instituições. -----

-----De seguida, deu conhecimento de que havia recebido um ofício das AdZC relativo ao pagamento dos serviços de águas e resíduos, passando a ler um extrato do mesmo: "... sendo inegável que a Águas do Zêzere e Côa, SA presta serviços de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público/recolha, tratamento e rejeição de efluentes ao município de Celorico da Beira...", o que significa que as AdZC também têm responsabilidades neste processo. Na sua opinião deverá ser dado conhecimento do teor destas faixas às AdZC e Águas de Portugal, mostrando a opinião política sobre os serviços que estas entidades prestam ao concelho de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** deu conhecimento de uma ação de divulgação que decorreu em Linhares da Beira, sobre um sistema de incentivos, no âmbito do PROVERE. Disse que o município está envolvido em 2 PROVERES, um das Aldeias Históricas e outro da Serra da Estrela, cujo objetivo é a promoção das marcas, alargando a possibilidade de investimento a privados, abrangendo todo o território de Celorico da Beira. Referiu que se conhecerem privados que pretendem investir no âmbito do Turismo, quer seja de promoção, organização de eventos, hotelaria, restauração, entre outros, contacte o executivo para fazer a inclusão no anúncio, até à próxima segunda-feira. Acrescentou ainda, que para fazer o investimento, o interessado tem de ser proprietário de um imóvel.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se o interessado terá de apresentar uma candidatura ou apenas uma manifestação de vontade, até segunda-feira.-----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador António Silva** disse que o investidor tem de ter uma ideia muito concreta do que pretende. Referiu que o PROVERE é um selo de garantia de um determinado projeto. Disse que a Pista de Pesca foi a única obra financiada no âmbito do PROVERE *By Nature*. Ainda sobre os investimentos privados, disse que numa primeira fase os projetos antes de serem colocados no anúncio serão analisados e o promotor terá de ter pelo menos a arquitetura aprovada.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos o seguinte ponto:-----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** -----

-----**REQUERENTE: HERDEIROS DE JOSÉ ANDRADE CAETANO.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----**ASSUNTO: PORTAGENS (LUSOPONTE E SCUT)**
REQUERIMENTO NA COMISSÃO-----

-----Foi presente e-mail do Grupo Parlamentar do PCP, datado de 06/03/2012, com o registo de entrada n.º 2343, enviando para conhecimento e divulgação, requerimento do Grupo Parlamentar do PCP para a ida do Sr. Ministro da Economia e do Emprego à Comissão de Economia e Obras Públicas, prestar esclarecimentos sobre a posição da Comissão Europeia, relativa ao pagamento de portagens nas *Ex-Scut* e sobre o pagamento da ««Estradas de Portugal E.P.E.»» à Lusoponte de 4,4 milhões de euros de Reequilíbrio Económico e Financeiro (REF) quando os utentes foram obrigados a pagar portagens em agosto na Ponte 25 de abril, por decisão do mesmo Governo. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**2 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO**-----

-----**ASSUNTO: MOÇÃO CONTRA A INTRODUÇÃO DE PORTAGENS**
NA A23 E A25-----

-----Foi presente ofício com a referência n.º 29, datado de 27/02/2012, com o registo de entrada n.º 2329, proveniente da Assembleia Municipal de Trancoso, dando conhecimento da moção contra a introdução de portagens na A23 e A25, apresentada e aprovada por unanimidade, na sessão ordinária de 28/12/2011 daquela Assembleia Municipal. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**3 - COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DE CELORICO DA**
BEIRA-----

-----**ASSUNTO: PROPOSTAS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA - APROVAÇÃO DA PLANTA DE TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE VIDE-ENTRE-VINHAS (LOCALIDADE DE VIDE-ENTRE-VINHAS E GALISTEU)**-----

-----Foi presente informação da Comissão Municipal de Toponímia de Celorico da Beira, datada de 09/03/2012, que se anexa a esta ata (**anexo I**), referindo que tendo em consideração o Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Polícia do Concelho de Celorico da Beira, apresentam a Planta de Toponímia da Freguesia de Vide-Entre-Vinhas. Junto anexam as propostas da Comissão para a denominação de novos espaços públicos, algumas alterações e eliminações de arruamentos, bem como, a listagem de todos os nomes, seu início e seu término.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Planta de Toponímia da Freguesia de Vide-Entre-Vinhas (localidade de Vide-Entre-Vinhas e Galisteu).**-----

-----**4 - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DIRECCIONAL COM A INDICAÇÃO DA "FAZENDA DA ESPERANÇA", EM MAÇAL DO CHÃO**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 153/2012, datada de 07/03/2012, com o registo interno n.º 846, referindo que tendo-lhe sido solicitado no passado dia 06/03/2012, a colocação de placas de sinalização com a indicação da "Fazenda da Esperança", na Estrada Municipal 580, junto ao entroncamento de acesso à respetiva Fazenda da Esperança, apresentam planta de sinalização, a fim de a mesma ser aprovada.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar duas placas de sinalização direccional com a indicação da "Fazenda da Esperança", em Maçal do Chão.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO DO LOCAL DA PRAÇA DE TÁXIS DO MAÇAL DO CHÃO**-----

-----**Requerente: Rui Manuel dos Anjos da Cruz**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 152/2012, datada de 06/03/2012, com o registo interno n.º 836, referindo que analisado o pedido de alteração da localização da praça de táxis existente no Maçal do Chão, da Rua da Escola para o Largo da Igreja e após deslocação ao local, informam que não há qualquer inconveniente no deferimento solicitado. -----

-----Caso seja deferido o pedido do requerente, há a necessidade dos serviços externos da autarquia, efetuarem a alteração da placa de sinalização colocada na Rua da Escola para o Largo da Igreja, bem como, efetuar a demarcação horizontal do estacionamento.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à alteração do local da praça de táxis do Maçal do Chão, devendo os serviços externos da autarquia, efetuarem a alteração da placa de sinalização colocada na Rua da Escola para o Largo da Igreja, bem como, efetuar a demarcação horizontal do estacionamento.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: 127 - INTERRUÇÃO DE TRÂNSITO NA PASSAGEM ENTRE MARGENS DO RIO – RATOEIRA**-----

-----**Requerente: Albino Teixeira**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 161/2012, datada de 14/03/2012, com o registo interno n.º 974, referindo que após análise do assunto, o corte de trânsito no troço indicado implica a colocação de dois sinais C2 (trânsito proibido). -----

-----Tendo em consideração a proposta do Sr. Vereador Dr. António Silva, “que este caminho após a sua conclusão, não poderá suportar a

circulação de viaturas pesadas”, mencionam que para o efeito deverá ser aprovada a colocação de dois sinais C6 (trânsito proibido a veículos de peso total superior a 6 toneladas), devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados. -----

-----Por questões de segurança de pessoas e bens, tecnicamente não se recomenda a possibilidade de atravessamento da linha de água, devendo nessa situação, terminadas as obras, manter-se a sinalização de trânsito proibido, com painel adicional modelo 10a, com os dizeres “EXCEPTO SERVENTIAS PARTICULARES”. -----

-----Relembrem que caso o corte de trânsito para o calcetamento do caminho seja aprovado, deverá ser comunicado à população geral através de avisos. -----

-----Chamam a atenção que nas cartas militares existentes na autarquia não aparece qualquer caminho público no troço em causa, no entanto, é do conhecimento geral que o mesmo é utilizado por circulação automóvel. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber se este calcetamento está previsto no projeto de execução. De seguida, disse que se o atravessamento da linha de água, não constitui um caminho público, este assunto carecia de um parecer da ARH, bem como, do Gabinete Jurídico da autarquia. Na sua opinião, apenas deveria ser votado o corte de trânsito no troço indicado até que haja um parecer da ARH. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que relativamente à linha de água foi pedido parecer à ARH. Neste caso, primeiro terão de aprovar a colocação dos 2 sinais C2, durante a execução da obra no troço indicado. Após conclusão da obra terão de ser colocados 2 sinais C6. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar a colocação de dois sinais C2 (trânsito proibido), durante a execução da**

obra no troço indicado, devendo o corte de trânsito ser comunicado à população geral através de avisos.-----

-----Mais foi deliberado e após a conclusão da obra, aprovar a colocação de dois sinais C6 (trânsito proibido a veículos de peso total superior a 6 toneladas), com painel adicional modelo 10a, com os dizeres “EXCEPTO SERVENTIAS PARTICULARES” devendo os mesmos ser devidamente registados e cadastrados.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA E AS JUNTAS DE FREGUESIA**-----

-----Foi presente informação interna da Secção de Obras Municipais, datada de 14/03/2012, com o registo interno n.º 949, remetendo minuta de Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e as Juntas de Freguesia, para aprovação em reunião de Câmara e posteriormente Assembleia Municipal, que será aplicável a todas as Juntas de Freguesia do concelho que o queiram subscrever, sendo celebrado ao abrigo do art.º 37.º, conjugado com o art.º 66.º, N.º 1 e alínea d), do N.º 2, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que existem algumas incertezas relativamente a este protocolo, mais concretamente ao facto de ser de cooperação ou de delegação de competências, chamando a atenção para a cláusula primeira. De seguida, referiu que este protocolo é uma atitude prepotente da Câmara Municipal, para com as Juntas de Freguesia que o venham a subscrever. Disse ainda, que depois da análise deste protocolo verificou que às Juntas de Freguesia compete tudo aquilo que seria da responsabilidade da autarquia, sem qualquer contrapartida para a referida Junta. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que a Câmara elaborou esta proposta de protocolo que só será subscrita pelas Juntas de Freguesia que assim o entenderem, no entanto, propôs que o mesmo seja retirado da ordem de trabalhos a fim de ser analisado pelo Gabinete Jurídico. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos e encaminhar o mesmo para o Gabinete Jurídico a fim de ser analisado. -----

-----**ASSUNTO: EMPREITADA "ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL" - PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL** -----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, com o registo interno n.º 972, datada de 05/03/2012, relativa ao assunto em epígrafe e que se apensa a esta ata (**anexo II**). -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar: -----

-----A contratação, autorização de despesa e escolha do procedimento; -----

-----O Programa de Procedimento e Caderno de Encargos; -----

-----A constituição do júri e delegação de competências do mesmo, conforme indicado na alínea e), do ponto 9 da presente informação. ----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**5 - CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS** -----

-----**ASSUNTO: MOÇÃO "A CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS CONTRA A EXTINÇÃO DA ENTIDADE REGIONAL TURISMO DA SERRA DA ESTRELA"** -----

-----Foi presente ofício com a referência n.º C.02 – CMM.716, datado de 06/03/2012, proveniente da Câmara Municipal de Manteigas, dando conhecimento da deliberação desta Câmara Municipal, produzida em 08 de fevereiro de 2012, a aprovar a Moção supra referenciada. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**6 - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LIMITADOS DA VOZ**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente e-mail, datado de 14/03/2012, com o registo de entrada n.º 2669, da Associação Portuguesa dos Limitados de Voz, solicitando a atribuição de um subsídio.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que se pague o montante em dívida a esta Associação. Disse ainda, que futuramente e caso haja condições financeiras, a autarquia poderá propor a atribuição de um subsídio a esta Associação, nos termos do Regulamento de Apoio ao Associativismo. -----

-----**A Câmara subscreveu a proposta do Senhor Presidente da Câmara.**-----

-----**7 - TRANSPORTES ESCOLARES - PREVISÃO PARA O ANO LETIVO 2012/2013**-----

-----De acordo com o estabelecido no n.º 3, do art.º 4.º, do Decreto-Lei n.º 299/84, o Plano de Transportes Escolares tem de ser aprovado pela Câmara Municipal até ao dia 15 de Abril de cada ano, ficando a fazer parte integrante desta ata em anexo (**anexo III**). -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o Plano de Transportes Escolares, para o ano letivo 2012/2013. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----8 - **GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: ANULAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 7 DE SETEMBRO DE 2011** -----

-----Foi presente informação interna, do Gabinete de Ação Social, datada de 12/03/2012, com o registo interno n.º 960, referindo que em reunião de Câmara de 7 de Setembro de 2011, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os valores de comparticipação no prolongamento de horário do pré-escolar. Contudo, foi verificado que por lapso estes valores não correspondem aos previstos no Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira. -----

-----Nesta sequência propõem que se considere sem efeito a referida deliberação e que se aplique os montantes constantes no Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira. -----

-----Contudo, atendendo à realidade socio-económica da maioria dos agregados familiares do concelho, propõem que se envidem esforços no sentido de o Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira, art.º 111.º, Capítulo VIII, refletir o estipulado no Despacho Conjunto n.º 300/97, que define a comparticipação familiar, determinada com base nos escalões de rendimento per capita, para o pré-escolar, devendo ser adotados os mesmos critérios para o 1.º ciclo. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** relativamente ao assunto começou por esclarecer que, a deliberação do dia 7 de Setembro de 2011, que estipula os valores da comparticipação do prolongamento de horário teria que ser anulada, uma vez que embora, tenha em conta as diretrizes

do Despacho Conjunto n.º 300/97, não reflete o que está estabelecido no Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira.-----

-----Informou que o Regulamento em vigor preconiza somente dois escalões de rendimentos e a lei geral permite que sejam criados mais escalões, terminologia que foi adotada pelos serviços, uma vez que era a que estava a ser usada em termos de rendimentos por força do despacho conjunto, para alimentação. Assim sendo, e uma vez que o regulamento não permite esta situação terá de ser repostos os montantes decorrentes da sua não aplicação.-----

-----Informou que pretende efetuar uma proposta de alteração do regulamento das taxas, por considerar que deverão figurar mais escalões, para que a repartição dos agregados familiares seja mais justa e equitativa. Referiu ainda, que irá também ser alvo de alterações o Regulamento da Creche de Santa Luzia. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** solicitou cópia do Regulamento Interno da Creche de Santa Luzia. De seguida, e após a explicação do Senhor Vereador José Luís Cabral pretendeu saber porque não podem continuar com a situação existente, uma vez que a mesma está sustentada numa deliberação de Câmara e aparentemente é mais justa para os utentes. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que o despacho conjunto não se pode sobrepor a um Regulamento e como tal a deliberação terá de ser anulada.-----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, anular a deliberação do dia 7 de Setembro de 2011, relativa à aprovação dos valores da comparticipação, no prolongamento de horário, na componente de apoio à família, uma vez que os valores**

aprovados não correspondem aos previstos no Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira. -----

-----**Mais deliberou que sejam repostos os valores decorrentes da não aplicação das taxas previstas no Regulamento de Taxas do Município de Celorico da Beira, relativas ao Jardim de Infância de Santa Luzia (art.º 111.º).**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos:** -----

-----“Voto contra porque face às palavras do Senhor Vice-Presidente, quando diz que o Regulamento se sobrepõe à Lei-Geral, me suscite dúvidas, quanto à legalidade desta proposta.” -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**REQUERENTE: HERDEIROS DE JOSÉ ANDRADE CAETANO** -----

-----Foi presente requerimento n.º 2047, datado de 28/02/2012, em nome de Herdeiros de José Andrade Caetano, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito no Chão do Rossio, freguesia de Fornotelheiro, inscrito sob o artigo matricial n.º 919, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1997. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que os requerentes aludem, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a petição dos requerentes.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:40h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----